



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Referência	Pregão Eletrônico nº 07/2016	Interessado/Destinatário	VVR DO BRASIL LTDA
Assunto:	Resposta ao pedido de impugnação do Pregão Eletrônico nº 07/2016 razoadado pela especificação do item 5 – FRAGMENTADORA DE PAPEL NÍVEL 4, com as seguintes características: capacidade de no mínimo 15 folhas A4, 75g/m² por inserção de material no equipamento; duas entradas separadas: (i) para papéis e (ii) para clips, grampos, Cds, DVDs e cartões saída de fragmentos de no máximo 4x40mm; dois cestos de saída: (i) para papéis e (ii) para clips, grampos, Cds, DVDs e cartões; abertura de alimentação para papéis mínima de 240 mm; potência do motor mínima de 350 W; cesto de saída para papéis de no mínimo 22 litros; pentes superiores e todas as engrenagens em material metálico; conformidade ao nível de segurança 4 da norma DIN 32757 a DIN 66399, nível máximo de 65db de ruído; funcionamento contínuo, sem paradas para resfriamento; velocidade mínima de fragmentação de 2 m/min; proteção térmica contra sobrecarga, com função auto-reverso; proteção ao operador que evite contato com os cilindros de corte; sensor automático de alimentação de papel; indicadores de sobrecarga e de cestos cheios; cestos de saída acoplados ao equipamento e removíveis; sensor de presença dos cestos; chaves manuais de liga/desliga e de avanço/retrocesso; rodízios na base; voltagem 110v (caso não exista no mercado, será aceita de 220v).		

1. Trata-se de análise do pedido de impugnação ao edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 07/2016 da UG 380006, formalizada pela empresa VVR DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (CNPJ nº. 04.090.670/0001-05), quanto as especificações do item 5 do dito procedimento licitatório, dos quais foram apresentados formalmente por meio documental, que após lido e verificados por esta Coordenadoria de Administração, que analisou o mérito das indagações suscitadas, teço resumidamente as questões:

DOS QUESTIONAMENTOS

I – TAMANHO DO FUNIL (ABERTURA DE INSERÇÃO);

II – VALOR DE REFERÊNCIA IMPRATICÁVEL; e

III – TEMPO DE FUNCIONAMENTO CONTÍNUO MÍNIMO SEM PARADAS PARA RESFRIAMENTO.

2. Neste sentido passo a responder:

a) Primeiramente cabe informar que a conveniência e oportunidade para especificar, almejar e orçar preços é da administração e não do particular, isto é, jamais será o Poder Público que se moldará a conveniência e oportunidade de venda do particular, pela simples razão

protetiva do interesse público, que como sabemos, é indisponível ao mero gestor da coisa pública, não precisando portanto sequer delongar ou tecer doutrinas, jurisprudências ou entendimentos da egrégia corte de contas da União sobre este alicerce fundamental do Estado. Dito isso, informo que o tamanho do funil de abertura foi posto de no mínimo 240mm em razão das capas de processos utilizadas pelo Ministério Público Federal possuírem tamanhos de 24cm de largura, isto é, 240mm, mas que conforme verificado, o mesmo deveria constar como sendo de 230mm, para condizer com as demais especificações, motivo que apesar de a empresa não possuir razão no pedido do mesmo ser de 220mm, resta prejudicado o objeto da licitação, que por não possuir cobertura de aceitação de +ou- 10% (mais ou menos dez por cento), prevista no edital, abrange tão somente os objetos cujas especificações de medidas sejam acompanhadas da palavra “aproximadamente”. Sendo assim fica parcialmente procedente o pedido “I” da empresa impugnante, restando as demais alegações elencadas no respectivo item, improcedentes, pois a necessidade é do Órgão e alheio a vontade de fornecer do particular que deve adequar-se na oferta de seus produtos, sendo fato que há concorrência de mercado passível de fornecer o equipamento conforme especificações descritas no edital do Pregão Eletrônico nº 07/2016.

Exemplo de marcas com as especificações condizentes e preços compatíveis com o especificado no item 5: PROCALC, SWINGLINE, FELLOWES, TRITURARE, Entre outras.

b) Verificou-se no questionamento “II” que a empresa alega preço impraticável do item 5, alegando referenciais de preços de fragmentadoras departamentais, que de longe são realmente mais caras, mas em nenhum momento, foi solicitado fragmentadoras “departamentais”, sendo que as especificações de segurança nada mais são do que exigências básicas de segurança do INMETRO para quase todos os modelos de fragmentadoras de papel. Sendo assim, resta improcedente a alegação de que o preço é impraticável, tendo em vista que no mercado eletrônico, uma fragmentadora de papel de nível 4 com as especificações definidas no edital do pregão eletrônico nº 07/2016, custa em torno de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais) a 1.780,00 (hum mil setecentos e oitenta reais), podendo ser constatado em sites como KABUM, SHOPTIME e NEWTRON MÁQUINAS, sendo que recentemente na data de 25 de julho de 2016, a empresa MATHEUS FELIPE GALVÃO (CNPJ 24.183.988/0001-15), localizada no município de Jardim Petrópolis – GO, ganhou o Pregão Eletrônico nº 4/2016 da UG 160192 (Ministério da Defesa – Comando do Exército), empresa esta que se encontra no estado de Goiânia, para entregar 21 unidades de fragmentadora semelhante ao equipamento descrito no item 5 do edital ora impugnado, e pelo valor R\$ 1.429,96 (hum mil quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e seis centavos), R\$ 253,53 (duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta e três centavos) a menos do que o valor estimado no edital ora desejado impugnar, motivo que se mostra infrutífero as alegações da empresa impugnante.

→ Para fins de verificação e informação de logística, o frete via Sedex dos Correios, para em enviar um equipamento tipo fragmentadora de papel que pesa em torno de 25,05 kg do Estado de São Paulo que é o maior polo comercial do país, para Boa Vista – RR, no CEP 69.305-130, custaria unitariamente em torno de R\$ 248,00 (duzentos e quarenta e oito reais), imagine-se agora o custo de 14 unidades enviadas via transporte terrestre utilizando-se transportadoras que custam bem menos que os serviços dos Correios, onde devido ao item 5 da licitação ser de exclusiva participação de EPP, ME e EIRELI, o valor do frete, sem os custos tributários que é regra às empresas não beneficiárias da Lei Complementar 123/2006 e suas posteriores alterações, resulta claramente na possibilidade sólida de se fornecer o objeto almejado pelo MPF, lucrando proporcionalmente e razoavelmente.

→ Outro ponto inconsistente da impugnação é a alegação de que o equipamento especificado pela Procuradoria da República no Estado de Roraima, só se encontra para comprar em países estrangeiros, carecendo por tanto de compra internacional, pagos em dólar americano, o que a miúdo faz com que o real valor de um equipamento deste quase triplique, o que conforme exposto em toda a extensão do item “b” mostra-se infundado e sem merecimento sequer de análise mais aprofundada sobre a questão.

c) No item “III” da impugnação alega-se também uma lacuna quanto a questão de funcionamento contínuo do equipamento a ser licitado, o que conforme já exposto no item “b” acima, por não se tratar de uma fragmentadora “departamental”, não há de se pensar em um equipamento para uso ininterrupto, capaz de processar mais de 1000 folhas de forma contínua, que na ideia da especificação não é essa, mas que reconheço que a leitura dá assim a entender, motivo que colho este ponto em específico procedente, ficando as demais questões prejudicadas e por isso improcedentes, uma vez que para fins de atendimento da necessidade da Procuradoria da República no estado de Roraima, o mais importante além dos aspectos técnicos provenientes das próprias normas de segurança, são as questões de segurança da informação, que vincula-se ao nível de fragmentação corpórea do papel, o que não resta dúvida a essa questão, por isso exigiu-se o Nível 4 de Segurança.

3. Neste sentido, opino pela procedência parcial da impugnação do certame hora em análise, que poderia muito bem ter tido solução via simples solicitação de esclarecimento, mas que por razões próprias da empresa, entendeu-se por bem almejar impugnar o edital, que em análise não se irriga de total razão. Mas que pelas razões e análise apresentada, será modificada as especificações do item 5 com o consequente relançamento do certame em nova data, onde desde já só nos resta desejar a empresa boa sorte no certame e ânimo para contratar com a Procuradoria da República no estado de Roraima.



Atenciosamente

Boa Vista – RR, 15 de setembro de 2016.

Robson Guimarães Costa

Coordenador de Administração/PRRR – MPF